

## FENOMENOLOGIA (E HERMENÊUTICA) BRANCAS: EM TORNO DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR

Publicado em acesso aberto sob uma licença  [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

**Resumo:** Tento sugerir uma aproximação entre crítica literária em termos de valor e a representação de sujeitos subalternizados, permeada por uma fenomenologia da branquitude. Para isso, utilizo a análise feita por Lígia Diniz, de *Salvar o Fogo*, de Itamar Vieira Jr., pensando, a partir da fenomenologia da branquitude, o quanto isso implica em uma hermenêutica também branca, causando uma quebra dentro do entendimento da representação das subalternas no romance, ao vê-las como menores e um fenômeno midiático, retirando, do debate, a possibilidade de seguir-se lendo o livro. Retomo, para isso, as discussões de Antonio Candido sobre o Regionalismo e a representação do subalterno, na última parte, para pensarmos, graças à desconstrução derridiana, que o problema do texto de Diniz já é repetido e diferenciado, nos termos da *diferença* e da iterabilidade do traço, a partir de uma segregação na teoria literária brasileira que tem, como prolegômeno, a universalidade como hermenêutica branca.

*Palavras-chave:* Itamar Vieira Jr, J. Derrida, Antonio Candido, valor, branquitude

**Abstract:** I try to suggest an approximation between literary criticism in terms of value and the representation of subalternized subjects, permeated by a phenomenology of whiteness. For this, I use the analysis made by Lígia Diniz, from *Salvar o Fogo*, by Itamar Vieira Jr., thinking, with the phenomenology of whiteness, how much it implies a hermeneutics that is also white, causing a break in the understanding of the subalterns' representation in the novel, seeing them as minors and as a media phenomenon, removing the possibility of continuing to read the book and debate it. For this purpose, I return to Antonio Candido's discussion on Regionalism and the representation of the subaltern, in the last part, to think, thanks to Derrida's deconstruction, that the problem of Diniz's text is already repeated and differentiated, in terms of *diffèrence* and iterability of the trace, based on a segregation in Brazilian literary theory that has, as its prolegomenon, universality as white hermeneutics.

*Keywords:* Itamar Vieira Jr, J. Derrida, Antonio Candido, value, whiteness

**<sup>1</sup>Fabio Pomponio Saldanha**

<sup>1</sup> Doutorado em andamento em Letras, Universidade de São Paulo  
Bolsista, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Brasil

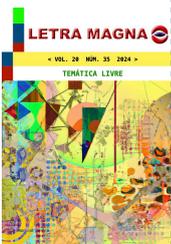
 <https://orcid.org/0000-0002-8655-1334>

 [fabio.saldanha@usp.br](mailto:fabio.saldanha@usp.br)

Recebido em 20/09/2023

Aceito em 19/11/2023

Publicado em 29/02/2024



## Explicações do Tom, à Guisa de Introdução

Recentes tentativas (ou não) de silenciamento parecem revelar algo já antigo no conflito entre a liberdade da emissão de opinião e o ricochete possível daquilo a ser proferido, como necessidade de reconciliação, em algum nível, a partir de uma denúncia no conteúdo visto, na latência dos enunciados, por exemplo, em posicionamentos de críticos literários em artigos, jornais, sendo os mesmos partes de uma dicotomia entre a academia e o mercado, ou mesmo entre a crítica "jornalística" e a "acadêmica", como se as mesmas se diferenciasssem por algo já dito e tido como natural.

Dicotomias, sim, mas não diferenciações sem carregar, em si, um conteúdo apriorístico que as define enquanto inimigas e, dada tal caracterização, vê-se na passagem do tempo uma abrangente tentativa de diferenciação do que se faz de um lado e do feito pelo outro. Ou, ao menos, assim parece aos olhos de quem assina este texto, buscando contribuir com (mais) um arquivo em torno de acontecimentos recentes, desenvolvidos a partir das resenhas de *Salvar o fogo*, de Itamar Vieira Jr., tendo como início da discussão a publicada no jornal *Quatro Cinco Um*, por Lígia G. Diniz, assim como as respostas do autor do livro, publicadas na *Folha de S. Paulo*.

Se o início deste texto se imbrica em uma questão em torno do tom, não é somente pela preocupação de como tal conteúdo redigido será recebido por quem, porventura, tentar entender os argumentos contidos aqui. Mas sim, também, pela própria dificuldade em nomear certas questões, quando perpassadas por políticas de silenciamento racial, no Brasil, que envolvam respostas de sujeitos historicamente subalternizados, quando o direcionamento da resposta é, majoritariamente, a produções bem-recebidas de sujeitos, em termos dicotômicos, do "outro lado" da política de subalternização. Tal dificuldade advém, penso, da própria possibilidade de, a partir da nomeação de algo como um episódio de preconceito, a baliza, em termos de ricochete, poder ser a garantia de, em desníveis de poder refletidos pela sociedade brasileira, a partir da antinegritude, não se poder debater o que é um episódio racista para que não se pense, mesmo, no que são episódios racistas dentro da crítica literária brasileira.

Em termos mais precisos: a dificuldade na escolha de um tom para debater respostas àquilo entendido como episódios de racismo, advindo de pronunciamentos de pessoas brancas, exige uma reflexão, necessária, sobre qual o método a ser explicitado

aqui, além de o que se busca fazer, ao se encontrar, de antemão, em um problema que antecede a (e molda) todos os participantes atuais da discussão, ainda mais quando pensamos em produções de instituições majoritariamente dominadas também por políticas raciais, desde uma espécie de formação canônica nacional, como a literatura.

Quando me refiro a instituições que estão permeadas por questões raciais, além de estar previsto já neste debate a possibilidade de se pensar a presença ou não de sujeitos racializados sempre entendidos como "um outro" que precisa ser incluído, também se torna necessário perceber como, através de mecanismos de exclusão, um critério racial passa a ser experimentado e entendido enquanto palimpsesto de escrita da história e da historiografia literária: a branquitude. Uso o exemplo de Sara Ahmed:

[p]odemos também considerar "instituições" como dispositivos de orientação, que tomam a forma do que nelas reside. Afinal, elas fornecem espaços coletivos ou públicos. Quando descrevemos as instituições como "sendo" brancas (brancura institucional), estamos apontando como espaços institucionais são moldados pela proximidade de alguns corpos e não de outros: os corpos brancos se reúnem e se unem para formar as bordas de tais espaços. Quando entro em reuniões universitárias, é exatamente isso que encontro. Às vezes, me acostumo. Em uma conferência que organizamos, chegam quatro feministas negras. Todas entram na sala ao mesmo tempo. Sim, notamos tais chegadas. O fato de notarmos essas chegadas nos diz mais sobre o que já está acontecendo do que sobre "quem" chega. Alguém diz: "é como entrar num mar de brancura". Essa frase surge e fica no ar. O ato de fala torna-se um objeto, que nos reúne ao seu redor (Ahmed, 2007, p. 157, tradução nossa).

A determinação da brancura como ponto fulcral na fenomenologia se dá em detrimento de outros sujeitos, como conclui a autora. Isso significa dizer que falar de uma fenomenologia da branquitude envolve um raciocínio quebrado pois, ao buscar entender como falar da maneira pela qual pessoas brancas entendem suas relações com o mundo, podendo dali em diante falar a respeito das mesmas, exige-se um cuidado obrigatório pela própria possibilidade de se poder levar a uma certa cooptação do discurso, como falsa adequação da obrigatoriedade da discussão, em torno do entendimento da política racial, vendo nas respostas de pessoas brancas um ricochete a poder reforçar políticas de supremacia e silenciamento.

Em um regime de concomitância, falar a respeito de como a branquitude determina espaços institucionais como a regra universalizada e logo se apaga da conta, como mecanismo de supremacia racial, é também falar da brancura de sujeitos brancos envolvendo uma discussão correlata em torno de políticas racistas. Essas se tornam, geralmente, obnubiladas da querela como "identitarismos" frívolos para políticas que

respondem ao mercado, às disputas de poder em torno de quem poderia, ou não, acessar novos níveis de contato entre algo tido como bom, a literatura universal, e algo a ser considerado o inimigo disso, a literatura "negra", "LGBTQIAP+", por serem particularistas e só percebidos no dia-a-dia como necessárias em um regime que distende a própria conceituação da literatura, do cânone e da função de certa crítica no Brasil.<sup>2</sup>

Por outro lado, essas determinações adjetivadas, geralmente, tendem a colocar como correlato a necessidade de ver o cânone como também localizado no tempo, circunscrito a uma certa política identitário-racial: a de homens, brancos, heterossexuais e cisgêneros. Ou ao menos assim poderia ser feito, sem que se pense sempre no perigo de, ao determinarmos espaços antes entendidos como "universais" como permeados por uma fenomenologia branca, que tal resposta poderia acomodar "dois lados" na disputa, impedindo a contínua obrigatoriedade de discussões em torno dos próprios episódios racistas a ainda serem discutidos socialmente, também dentro do campo da literatura e da instituição literária. No texto que gera o paralelismo com a instituição literária feito por mim, conclui Ahmed:

[uma] fenomenologia da branquitude nos ajuda a perceber hábitos institucionais; traz à tona o que está por trás, o que não é visto como pano de fundo da ação social, de certa forma. Não nos ensina como mudar esses hábitos e isso é parcialmente o ponto. Ao não ser promissora, ao se recusar a prometer qualquer coisa, tal abordagem da branquitude pode nos permitir manter aberta a força da crítica. É mostrando como estamos presas, prestando atenção ao que é habitual e rotineiro no "o quê" do mundo, que podemos manter aberta a possibilidade de mudanças de hábito, sem usar essa possibilidade para deslocar nossa atenção para o presente, e sem simplesmente desejar novas artimanhas (Ahmed, 2007, p. 165, tradução nossa).

O que isso, todavia, insere na discussão da teoria e da crítica literária em torno dos problemas do tom, como dito no início deste texto? Vai defender Derrida que há uma disputa, interna, em teorias kantianas em torno da figura do filósofo e do mistagogo, que

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, que critérios raciais sempre entendidos como "do outro", no caso de estudos críticos de raça, são considerados, ainda também no mesmo suplemento literário, dessa vez em um *podcast*, como "impossíveis" de criar uma associação nacional, ou sequer descrevê-lo, como no episódio no qual o entrevistado é Sérgio Alcides, em torno das ideias de Antonio Candido e a *Formação da Literatura Brasileira* (Alcides; Quatro Cinco Um, 2023). Ou, em outro caso, ainda, em resenha ao livro recém-lançado de Kawakami Mieko no Brasil, no qual a resenhista termina, em uma tentativa de associar uma espécie de "essência feminina" com a possibilidade de engravidar e a algo quase religioso, chegando, às vistas de quem escreve este rodapé, a algo muito parecido com um argumento transfóbico. Transcrevo-o aqui: "O catártico final, um elogio às mulheres e à humanidade, parece colocar na equação dos verões de Natsuko esse outro tempo, como se cada nascimento, inclusive o dela, fosse um acerto de contas não só com o futuro, mas também com o passado. Alguma personagem divaga em *Peitos e ovos* sobre a possibilidade de uma gravidez ser mantida em laboratório, *apesar de ser muito difícil que a ciência chegue até lá. Talvez o território divino, aquele jamais suplantado por tecnologia alguma, esteja no âmago do corpo de uma mulher. Deus talvez seja o útero. Mesmo vazio, em silêncio, em sua recusa de condescender com a humanidade.*" (Timerman, 2023, n.p., grifos nossos).

não se sustenta fora da mesma. Ou seja: o problema, de certa forma, em torno do tom de explicação para convencimento deturpado, como um sofismo, só pode existir enquanto tal porque se entende que o certo, na dicotomia causada pela argumentação kantiana, é o tom do filósofo, do verdadeiro filósofo (o espelho kantiano é o próprio autor), a parecer "sem intenções", ainda que a própria construção do texto seja voltada para o convencimento e "ilustração" daqueles a não serem considerados aptos ou capazes da/para Filosofia (Derrida, 1984). Mistagogo e filósofo, logo, não são só dois lados da mesma moeda: só há um se houver o outro, só há um se ele for, ao mesmo tempo, tão indissociável, em alguma medida, do outro, que é necessário cindi-los através de uma argumentação a tentar provar a obrigatoriedade da separação.

Isso faz, necessariamente, com que não somente o mistagogo seja visto como alguém a possivelmente ter um ponto apriorístico, ou mesmo com alguma espécie de prolegômeno que virá a ser defendido, mas também o filósofo, exatamente por se considerar como aquele a não ser visto como o primeiro. De certa forma, implica-se, na afirmação que junta a dicotomia como um fator a se diferenciar ao longo do tempo, a partir de uma construção identitária entre as partes, que há também interesse, vindo da filosofia, nessa figura que se forma enquanto "ilustradora", aquela a trazer a *Aufklärung* a quem não é filósofo: logo, o pólo "desintencionado" é intencionado, tem como projeto algo a ser defendido, cuja adesão não deve ser sequer discutida. A primazia da Filosofia como o campo acima dos campos é, de certa forma resumida, tal projeto para Kant, como observa Derrida (2003) em *A Universidade sem condição*.

Tendo isso como paralelo, nas recentes discussões em torno dos livros de Itamar Vieira Jr., podemos pensar: qual é o tom adotado pela crítica literária considerada "clássica", que ainda busca certo local de pertencimento de volta a seu local "de origem", ou "ápice de importância", o jornal, como determinadora de certa política de atribuição inquestionável de valor, acima de seu caráter de opinião? Este que, por fim, também se vincula a certa postura acadêmica, pelos locais de enunciação de tais críticos, a quererem, de certa forma, unir uma dicotomia (academia/mercado) a trazer, para si, em uma aproximação confusa dos campos (acadêmicos que falam para o mercado), a possibilidade, um tanto paternalista, de demonstrar ao outro (o mercado) suas deficiências a serem superadas e encerrarem certo diagnóstico apressado (o de que livros "identitários" só vendem porque são somente isso, identitários).

A consequência disso seria: voltemos os olhos para a importância de outros livros, que não esses a serem, como caracteriza Diniz, reflexos do "espírito do tempo", pois a academia, através da dicotomia que cria e mantém, é avessa, resistente, às tendências do mercado, estando aquém e além desse. Investigarei, neste artigo, como certas noções de paternalismo são redobradas no texto da crítica ao se aproximar já com uma inimizade apriorística do livro de Vieira Jr., assim como tentarei elaborar a resposta do autor em torno de outras noções não só de crítica, mas de realocações crítico-semantâncias daquilo a importar no próprio texto da crítica literária: o valor, o lugar da literatura e do tom. Neste caso, já permeado por uma noção de que a crítica do valor é baseada e construída, historicamente, em uma supressão racial sustentada por uma fenomenologia da branquitude, que também determina, em termos "humanistas", a caracterização de "particular" a tudo que foge de seu modo de ser e estar no mundo, sendo também tão particular quanto o Outro, sempre menos humano, derivado, secundário.

As reflexões finais tentam demonstrar como essa questão, hoje, em torno de Vieira Jr., já é também repetida, derivada, só que mais truculenta, exatamente por ser repetida, derivada, diferenciada, nos sentidos estipulados por Derrida da diferença (Derrida, 2013), e quais são as possíveis consequências de não discutirmos exatamente tal tensão entre a crítica literária "do valor" da literatura e outras formas de se olhar para o que se faz na, dentro/fora da, e pela academia. Isso tudo se agrava por vermos, no caso específico puxado aqui como mola propulsora, de que se estaria, ainda mais uma vez, barrando novos olhares críticos a produções a se dizerem isentas de perspectivismo racial, enquanto o correlato disso segue sendo a subsunção e expulsão dos já subalternizados historicamente, que têm também acesso, liberdade e possibilidade de, através da veiculação de seus textos, falas e obras, questionar, responder, falar.

Para isso, tomaremos como pressuposto a ideia de que Vieira Jr., de certa forma, na crítica literária atual, pode ser visto dentro de uma longa tradição de pensamento que reatualiza pressupostos do Regionalismo literário, sem, no entanto, considerar tal escola como algo derivado, secundário e, logo, particular (Canarinos, 2023). A aproximação do Regionalismo como um problema para (e da) teoria literária brasileira se dará a partir da caracterização de Antonio Candido para tal escola, na última parte deste texto, buscando entender a interpretação do crítico como hermenêutica branca, ou seja, como aquela a dispor, como um prolegômeno, que o Regionalismo já é menor e problemático para o

esquema universal da literatura por retratar cenas de subalternização e atraso no Brasil, como o crítico chega a caracterizar tal escola literária.

Assim, ao fazermos o percurso crítico a partir de *Candido*, espera-se mostrar, de certa forma, que o problema a ser visto nos posicionamentos atuais, como os de Diniz em torno de *Salvar o Fogo*, repetem, de forma mais truculenta, por se manter em uma dicotomia forçosa e criada antes do lançamento do livro de Vieira Jr., questões já presentes em uma diferenciação universal/particular que não se sustenta fora da dicotomia em si, além de ser algo que pressupõe a hierarquização racial, ao ver no universal o signo do homem branco e, do outro lado, tudo aquilo a não ser exatamente isso.

### **De Polêmicas que, Todavia, Não Parecem Polêmicas**

*Salvar o fogo*, de Itamar Vieira Jr., será, de certa forma, resumido,<sup>3</sup> tendo em vista a economia textual do artigo, para proposição correlata dos próprios problemas enfrentados pela fenomenologia branca, em uma hermenêutica a ser assim também entendida. Na narrativa, Luzia e Moisés ocupam grande parte dos eixos narrativos, ao mesmo tempo em que uma segunda história, a da aldeia de Tapera do Paraguaçu, vai sendo contada como uma grande ferida aberta do colonialismo em terras brasileiras, unindo africanos escravizados e indígenas nativos da região à presença da Igreja como marca de opressão. Isso faz com que qualquer origem seja, ao menos, difusa; cito o romance: "[o] povo já não sabia quem tinha chegado antes, se os donos das terras, se o mosteiro, se a nossa gente. Mas a resposta não fazia muita diferença. O fato é que se houve uma ordem de chegada, isso não importava. A única certeza era que o mosteiro estava ali havia muito e a vida continua a mesma." (Vieira Jr., 2023a, p. 27)

Se no início se entende a relação entre as duas personagens como a de uma irmã mais velha e seu mais novo, que não tivera contato com a mãe por ela falecer pouco tempo depois de seu nascimento, com a desenvoltura da trama são reveladas todas as distorções temporais que imprimem, na história da família, a desenvoltura da violência colonial a partir, também, da violência física, sexual, e suas consequências.

Moisés, que é de fato filho de Luzia, é cuidado pela mãe como irmão mais novo para ser possível protegê-la, dado que a história de seu nascimento é também a narrativa de

---

<sup>3</sup> Tenho ciência de que, ao mesmo tempo no qual estou, de certa forma, resumindo o texto, também já estou interpretando-o, colocando, a partir do meu ponto de vista, certo interesse em questionar aquilo a ainda ser apresentado, a hermenêutica branca como valorização de inferioridade a obras que lidam com a temática geral a ser resumida em *Salvar o fogo*.

uma violência contra a mãe cometida por um homem branco. Desvelar, portanto, o ocorrido com a mãe é ressaltar uma narrativa traumática a possivelmente quebrar toda a possibilidade de outros futuros desejados pela mãe ao filho: que estudasse e saísse da Tapera, sonho nunca consumado por ela. No entanto, a fuga da aldeia também se dá pela reiteração da violência assolada pela permanência da sobrevida desse tempo, desconjuntado das consequências coloniais, quando o menino é vítima também de outro abuso, dessa vez por dom Tomás, monge responsável por sua educação na igreja.

Se a vingança passa a ser desde o título da primeira parte até as páginas finais do livro, ela adquire tons, construções e perspectivas das mais diversas, a atravessar a possibilidade de creditar ao passar do tempo<sup>4</sup> a capacidade de retirar do evento traumático qualquer chance de resolução que também não passe por uma nova forma de entender o que significa reparação, assim como quais seriam os sujeitos a terem tal possibilidade de chegar a essa etapa. Destaco uma cena do romance:

Havia gritos e urros de morte. Cheiro de corpos doentes e gordura de peixe queimando nas paredes. Não havia sombra de Deus, nem de santo. Não havia graça nem paz. Estávamos sozinhos e contávamos apenas com a boa vontade das águas para que não fossem tantas a ponto de nos afogar. Não daquela vez. Meu corpo não se movia porque estava sob o peso das correntes e da tristeza e da fúria e das lágrimas dos que estavam presos. Não muito longe surgiu uma baleia e seus caçadores gritavam do alto do tumbeiro e a água foi se tornando rubra feito sangue. Sobre o teto se formou um longo caminho por onde corriam guerreiros vestidos de mantos de penas carregando flechas afiadas e incandescentes (Vieira Jr., 2023a, p. 183).

A cena restaura a Luzia uma conexão ancestral perdida (ou recalçada pelo trauma?)<sup>5</sup> após encontrar Moisés no salão antigo do mosteiro reconstruído, única parte não destruída pela primeira vez em que o edifício pegara fogo, também ateadado pelos ancestrais que naquela terra viveram, em rebelião contra os primeiros jesuítas ali instalados. Ao perceber que duvidara de seu filho quando o mesmo denunciara os monges como abusadores, causando um racha final entre os dois, resultando na partida de Moisés para a cidade, e já não tendo mais como evitar aquilo que ia recuperando, a partir de seu

---

<sup>4</sup> Há uma forma de interpretar o eixo da vingança como temporalidade tupinambá em Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro, "Vingança e temporalidade: os Tupinambá" (1985).

<sup>5</sup> Sugiro ser a segunda hipótese quando se pensa que Luzia fora acusada de manter viva a tradição ancestral negro-indígena condenada pelos monges até a morte de Edite, sua amiga de infância também vítima de abuso por um menino branco, tendo sido seu corpo queimado após, interpretado eu, ter engravidado como decorrência de um estupro. Maria Cabocla, irmã mais velha de Luzia, em uma tentativa de homenagem e encaminhamento da memória traumática já na última parte do livro, consegue acessar em suas memórias, já decalcadas pelo tempo, o fato de ser o mesmo homem aquele que abusara tanto de Edite quanto de Luzia, dessa vez com a sobrevivência da descendência, Moisés.

contato com os ancestrais da terra, que a violência atual era também decorrente de um mesmo acontecimento passado, Luzia passa não mais a viver uma vida para a igreja, muito menos temente ao deus ali chegado — assim como Moisés fará anos depois, quando reencontra dom Tomás e dele tira o dinheiro acumulado com o passar do tempo, pela exploração dos locais de Tapera do Paraguaçu.

Ainda que todo resumo faça pouco jus e justiça ao livro, *Salvar o fogo* lida com a própria chance de não só encerrar um grande ciclo de abusos atuais no próprio narrar do presente, ao ver Luzia subir o morro em direção às terras da família ao fim do livro, vestindo o manto tupinambá refeito por suas próprias mãos, ao buscar reparar as feridas causadas em seus ancestrais, ou ao mostrar Maria Cabocla tentando fazer as pazes com o passado há muito tempo já soterrado por violências sobrepostas, mas sim que, ao sugerir uma sobreposição temporal causadora de novas reviravoltas a exigirem reparação e encerramento das violências ali instauradas, é não só ao presente o objetivo do encaminhamento, mas uma espécie de reparação, via contato com as dores do ancestral, que se busca nomear e cuidar, dar atenção a partir da volta àquilo outrora perdido.

Quando Luzia refaz o manto de seus ancestrais, os tupinambá, quando Moisés dá o dinheiro recebido de dom Tomás para a mãe, que refaz a arcada dentária outrora perdida, o tipo de cuidado ali estabelecido não só faz do presente certa construção pensada para ser um tempo melhor, mas também, concomitantemente, reiterando o passado como tempo vivente e condicionador do futuro como tempo outro, a ainda tentar honrar os que se foram, além do registro, salvaguardando o porvir como tempo do não esquecimento e da construção de novos olhares, fora de um modo de existir que condena o diferente (práticas afroindígenas) como o Mal: uma vingança (no sentido daquilo que vinga, é plantado, cria raiz e sobrevive) dos tempos passados para o presente, em vias de futuro.

E, no entanto, há aí, nessa conclusão mesma, certa paralaxe a ser notada quando a branquitude, em termos fenomenológicos e hermenêuticos, tenta acessar tais relatos a partir de suas regras, sem se colocar em suspeição (a sempre, também, ser necessário repensar o que é tal ato). Quando digo existir a necessidade de se pensar o tom adotado tanto aqui, quanto nos textos a serem discutidos, é pela obrigatoriedade de revermos o quão arraigados em perspectivas tidas como universalizadas se encontram os pressupostos dos próprios textos, a ponto de moldar a forma de olhar, agir e existir no mundo, tendo como correlato suas próprias inquietações e incômodos, ao ver, na resenha/análise de Lúcia G. Diniz, algo de (auto)elogioso no próprio esforço de se fazer o texto

como ato de coragem, da possibilidade mesmo de, prevendo uma enrascada, ir lá e escrever, inserindo-se no debate público da literatura contemporânea. Eis o início de seu texto:

[u]m mês antes de *Salvar o fogo* chegar às livrarias, mais de 35 mil cópias já haviam sido compradas, em sistema de pré-venda, por uma imensidade de fãs do fenômeno *Torto arado*, de 2018. No Instagram, o perfil @tortoaraders mostrava que os mais ansiosos já haviam até confeccionado bonequinhas de crochê e canecas estampadas com as figuras da capa do novo romance de Itamar Vieira Junior. Diante disso, qualquer coisa que uma resenha possa dizer sobre a obra será, na melhor das hipóteses, irrelevante; na pior, a resenhista se meterá numa enrascada (Diniz, 2023, n.p.).

Passado o texto, chega-se à conclusão de que:

[t]alvez, no entanto, a literatura de Itamar Vieira Junior encarne, mais do que qualquer outra no país, o espírito do tempo, e isso as vendas mostrarão melhor do que uma resenha. É mesmo um mérito saber sintetizar assim uma tendência. Para a literatura brasileira, porém, esse sucesso aponta o status enfraquecido da ficção imaginativa e o triunfo da narrativa didática e moralizante, que se esquivava da complexidade humana e finca o pé na prescrição de como o mundo deve ser encarado. Não se trata só de sucesso de público, no entanto, e é preciso refletir acerca das razões para que esse tipo de literatura obtenha tanto espaço institucional — dos prêmios à atenção recebida pela mídia, o que inclui esta longa resenha. É frustrante que essas razões apontem para o caminho do autoflagelo fácil, e nada produtivo, de uma elite ilustrada que, para expurgar a culpa por seus privilégios, celebra narrativas maniqueístas (e, ironicamente, muito cristãs) em que miséria é sinônimo de virtude, e a desigualdade brasileira se explica pelas ações de monstros muito, muito malvados (Diniz, 2023, n.p.).

Voltemos e interpretemos. A autora sintetiza, antes mesmo de sua análise, seu argumento de forma a, entre seu discurso anterior e aquilo a seguir os próximos parágrafos depois de sua abertura, de que 1) Itamar Vieira Jr. é um fenômeno midiático-mercadológico, sendo seu nome já atributo de qualidade (qual? não se sabe ao certo ainda pelo andar do parágrafo de Diniz) e, por isso, já angariara para si, independentemente do que faz, fãs, *status*, como uma espécie de subcelebridade mercadológica a anunciar qualquer objeto vindouro e ter na certeza seu lucro, tirando, disso, que 2) falar desse tópico significa, na melhor das hipóteses, nada e, na pior delas, uma enrascada, ao menos em primeiro plano, pois aí já parece haver, necessariamente, certo voto premeditado de que há vontade de na enrascada se meter e de que já se espera algo disso, de alguém a validar, em regime de concordância, tanto a proposta ali elaborada, quanto subsidiar o tom escolhido para enfrentamento.

Essa diferenciação já anuncia que, se a resenha/análise<sup>6</sup> de fato está sendo publicada, contava-se, de antemão, com uma chance de já se ler a própria anúncio de Vieira Jr. como fenômeno um fato a ser questionado, bravamente inquirido, tomando controle da situação desgovernada com suas próprias mãos e, a partir dali, chamando para si uma disputa que até então a resenhista parecia assistir somente de fora ou, ao menos, sem expressar em um suplemento literário suas opiniões em torno do assunto. Sendo assim, o plano de fundo que, a partir do escrito pela crítica, passa para o domínio do visível, é uma certa "verdade" aparentemente já tida como correlata de concordância por toda e qualquer pessoa a ler a resenha, admirando e se reconhecendo ali, naquele escrito, a coragem da crítica ao dizer, por exemplo que

a abordagem maniqueísta das relações sociais e raciais, que parte do princípio, implicitamente acordado com o leitor, de que, nessas páginas, por uma questão de justiça histórica, os negros e indígenas estarão do lado certo e a elite branca estará do lado não apenas errado, mas diabólico (Diniz, 2023, n.p.).

A aposta final, dos (des)usos do discurso indireto livre (de "intuito pedagógico, como no caso em que uma personagem tem visões do passado e as reproduz para nós como se pensasse como os indígenas ao ver os portugueses chegando") revelariam uma curiosidade para a crítica, a ponto de encerrar sua resenha na constatação de que:

no empenho de trazer à ficção a realidade de uma população à margem da modernidade ocidental, *o autor recorra a expedientes gastos da literatura mais convencional [...] Mesmo que se considere a motivação político-didática, é de se pensar por que não investir em procedimentos formais menos familiares ao leitor de modo a redobrar a sensação de estarmos diante de algo a que até então não havíamos prestado atenção* (Diniz, 2023, n.p., grifos próprios).

Recorramos com maior atenção à ideia do uso da convenção e do didatismo como condenação em Vieira Jr. e ao uso da primeira pessoa do plural pela crítica que, em uma segunda leitura, parece apontar para uma lógica já aqui sugerida. Tal hipótese se dá na ideia pela qual há ali um consenso apriorístico de que Vieira Jr. faz algo com a literatura a ser de discordância com o esperado, não somente da obra literária em si, mas sim da instituição, quando a mesma deve, de alguma forma, representar o subalterno, de maneira

---

<sup>6</sup> Vario entre um termo e outro por considerar que não se resenha sem que, de fato, se analise, imprimindo ali, de uma forma ou outra, certo conhecimento crítico que só pode existir a partir da manipulação da voz autoral que assina o texto e assume a responsabilidade pelo dito, sem presumir certa transparência do sujeito escritor. Se isso, todavia, seria contrário ao previsto pela ideia da publicação de resenhas no Brasil, parece-me mais produtivo imaginarmos e devolvermos a localização dos sujeitos enunciantários, como constantemente se faz àqueles que são, de uma forma ou outra, os "particularistas".

que essa se mantenha, enquanto tal, intacta. As conclusões dos momentos de acerto, que parecem cada vez mais rarefeitos já na segunda obra de Vieira Jr., são assim descritos pela autora:

[a] reconexão das duas irmãs se dá na terceira e melhor parte do romance, “Manaíba”, narrado em terceira pessoa, o que deixa Vieira Junior mais confortável. Essa voz, liberta da necessidade de mimetizar os pensamentos das personagens, traz mais convincentemente a experiência delas à nossa imaginação. É bem construída a cena em que a solidariedade entre Luzia e Mariinha se torna concreta em um ato de resistência tão potente quanto inútil contra aqueles que lhes tomam o pouco que têm [...] o autor parece não acreditar no poder da ficção e da imaginação, e quer garantir que os leitores recebam seus recados. Nenhum detalhe é lançado apenas para que o leitor capture sozinho a deixa; nenhum gesto de opressão passa sem ser destrinchado (Diniz, 2023, n.p.).

A denúncia "corajosa" da autora, então, funcionaria como ricochete para um tensionamento possível das forças estruturantes da instituição como até aqui mantida: nessa maneira de não se questionar o pressuposto da fenomenologia da branquitude como estruturante de um modo que torna a visão do branco um corpo sem corpo, a aporia da universalidade só consegue responder, perante o corpo "diferente", com uma tensão eminentemente a significar ameaça de exclusão, por indicar, de forma melancólica, a possibilidade de perder o controle de uma situação sem que se recorra já à dominação pela força e supressão da diferença. A formulação fenomenológica, portanto, cria, por correlação, uma proposta hermenêutica a sobredeterminar sua própria experiência como regra inquestionável, a seguir caracterizando todo outro movimento como aquele a prejudicar seu círculo retroalimentado — assim, por não obedecer ao pressuposto, tenta-se excluí-lo.

Antes de continuar esse ponto, no entanto, gostaria de apresentar a resposta de Vieira Jr. às, de certa forma, "acusações corajosas" de Diniz. O autor encerra seu texto da seguinte maneira, publicado na *Folha de S. Paulo*:

[...] O editor branco escolhe a crítica branca para resenhar um romance atravessado pela raça e pelo colorismo.<sup>7</sup> Eles precisam nos lembrar que na literatura brasileira não há espaço para nós, então o pacto é deixar a avaliação entre eles. Um livro conquistar um bom número de leitores — como ocorreu com "Quarto de Despejo" ou "Torto Arado" — ainda vai, mas dois já é demais. [...] Então vou contar para vocês os adjetivos que ganhei de uma professora branca em redes sociais simplesmente porque decidi ignorar a "cusparada": "sujeito" (alguém inferior que não pertence à sua classe e raça), "arrogante" (já vi o mesmo adjetivo

<sup>7</sup> Esta introdução já bastaria, por exemplo, para podermos começar a pensar as diversas ramificações do projeto da branquitude como explicitado por Cida Bento, em *O pacto da branquitude* (2022).

destinado a outros corpos negros altivos, como Djamila Ribeiro, Luiza Bairros e Silvio Almeida) e *"preguiçoso mental"* (será que é um insulto xenófobo por eu ter nascido e ainda viver na Bahia?).

Eu teria muito mais para escrever, mas o espaço desta coluna não me permite. *De chantagem à ameaça. A violência racial não nos dá um dia de trégua.* Mas como eu continuo a acreditar no humano, deixo como dica um livro que acaba de ser publicado e já faz parte do meu letramento: "Sobrevivendo ao Racismo" (Papyrus 7 Mares), de Luana Tolentino (Vieira Jr., 2023b, n.p.).

Um tanto antes, o autor menciona:

[p]essoas brancas são imbatíveis quando nos destinam adjetivos. Se rebatemos a piada racista, somos extremistas e estamos atacando a liberdade de expressão. Se escrevemos sobre nossas dores, somos maniqueístas, nunca será porque essa é a nossa história (Vieira Jr., 2023b, n.p.).

A contraposição é feita entendendo que pessoas brancas, em seu exercício de pensar sua ascendência, o fazem com orgulho, por se lembrarem da fase na qual o Brasil recebera imigrantes europeus (doravante, na maioria dos casos, brancos), tendo também ali uma grande diferenciação: o acesso ao próprio registro de quem foram essas pessoas, o que fizeram, de onde vieram, etc. Isso, inclusive, faz do futuro mesmo algo possível de ser totalmente outro: pensemos o caso de números recentes de pedidos de cidadania, assim como a mudança nas próprias leis, flexibilizadas para tais pedidos, após a mudança drástica nos quadros de natalidade e longevidade de vida na Europa. Seria isso possível "do outro lado"?

A diferença arquivística se dá, também, pela própria formulação do problema apontado por Vieira Jr.: a inexistência do arquivo quando se pensa na ascendência negra no Brasil, atravessada pela questão fundacional desta terra, o ódio antinegro e a violência da escravização. A fenomenologia da branquitude, a demarcar o outro como particularista exime a si da responsabilidade de se entender enquanto signo e significante cruzados pelas maneiras nas quais não só o futuro pode ser determinado, mas também a releitura (e a escrita) do passado, a se ver como, então, os problemas atuais denunciados, tendo paralelo na resposta de Vieira Jr., são o que são.

A crítica literária baseada no valor de uma obra, neste caso, também se enquadra nisso, a meu ver. Isso porque o problema, como já dito, é antigo e repetido, ainda que de outra forma: antigo pois, como Vieira Jr. mesmo relembra, assumir a existência de uma verdade "menor" em seus livros, por se tratar do narrar da história de pessoas subalternizadas no Brasil, já é "típico" de certa vertente de crítica, a do valor. E é repetido

pelos mesmos motivos, mas diferenciado pois, agora, a dicotomia do antagonismo é outro. Se o livro de Carolina M. de Jesus é lembrado por apresentar, de alguma forma, a realidade "dura" da subalternizada, o que se passa a ignorar é exatamente as vontades, os projetos, e o conteúdo escrito em livro, não somente nos posteriores a *Quarto de Despejo*, mas também nele. Desejar não ser vista como favelada e representante dos mesmos, ao perceber nesse risco a iminência de se tornar *token* a satisfazer todo um desejo de observar a realidade do outro distante de si, a partir do mercado, se torna quase figura constricta à autora, que continua a ser representada como o espelho dos cortes feitos por seu editor: uma favelada, em detrimento de seu próprio projeto literário, desde o início, já apresentado por ela mesma nos diários (Sousa, 2019)<sup>8</sup>.

Creio que uma forma de começar a tentar juntar os argumentos, apresentados até aqui, começa pelo texto de Fabiana Moraes, em resposta também a Vieira Jr., em 2021:<sup>9</sup>

Chamo a atenção, no entanto, desse mercado para dizer: nós não somos um hype. Chamo ainda atenção para que todas e todos nós, pretos, fiquemos atentos e não deixemos, novamente, a narrativa da boa ação branca "nos salvar" (criança, achei que devia minha vida à princesa Isabel). O jornalista e professor Pedro Almeida escreveu em novembro do ano passado um ótimo artigo no qual aponta justamente ser preciso estarmos de olhos abertos para que um direito legítimo não seja trabalhado como uma moda. Sintetizou ali o que eu levantei como ponto: "muitas vezes uma 'reparação' pode ser um meio de manter tudo exatamente onde estava" (Moraes, 2021, n.p.)<sup>10</sup>.

A possibilidade de repetição dos acontecimentos, ao seguirem transformando as publicações em algo a ser considerado fenômeno, sem que se considere um outro critério, vai indicando certo problema que, também, quando pensamos no texto de Diniz, é a própria teoria e crítica literária em si, ao não saber lidar com a representação do sujeito

---

<sup>8</sup> As análises em torno de Carolina M. de Jesus a partir de novas perspectivas, a desafiar os lugares nos quais a autora fora inserida e as imagens em torno de si que foram criadas, unindo-as a um olhar que volte a pensar certa ética do cuidado como proposições para novas formas de amar são estudadas por Fernanda Sousa em seu doutoramento, o qual aguardo publicação e defesa, pela certeza das novas possibilidades de pesquisa que tais proposições proporcionarão.

<sup>9</sup> O episódio difere, no entanto, e em muito, do acontecido entre Diniz e Vieira Jr. Compará-los seria, portanto, de certa forma, incabível. Se cito aqui o texto de Moraes é também para se pensar exatamente a diferença profunda em dois tempos: 1) a figura do didatismo como tentativa de transformar as personagens em excessivamente transparentes em *Torto Arado*, não deixando espaço para questionamentos, por exemplo, das complexidades e das tensões mesmo em torno de configurações de o que é ou o que poderia ser "humano" e 2) o tipo de resposta de Moraes a Vieira Jr. é também uma necessidade de se repensar, diferentemente do que Diniz parece sugerir, quais são os possíveis caminhos a partir das mudanças editoriais com o que a própria autora já escreveu: nada disso é *hype*, muito menos moda, nem passageiro.

<sup>10</sup> Ver, também, o trabalho de Lourenço Cardoso, "Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista" (2010), em torno das questões do que significa uma branquitude crítica e acrílica, como possibilidade de cooptação (e permanência do silenciamento), a sujeitos outrora subalternizados.

subalternizado sem se colocar como objetivo de revisitação, sem se colocar "na conta". O texto de Moraes, ao questionar as respostas recebidas, de forma privada, de Vieira Jr., relembra o ponto no qual aquilo a ser debatido era, somente em parte, seu "didatismo": o ponto mais profundo era também uma crítica ao funcionamento não do que dava "palco" para o "nós" enunciado pela autora (pessoas negras), mas sim o fenômeno a aparecer em sua tela (pessoas brancas divulgando suas leituras, em redes sociais, de obras de pessoas negras).

O ponto fulcral se dava aí: qual a consequência disso? Quais os resultados e mudanças advindas exatamente disso, desse contato a poder ou não questionar o modo de se ver, existir e presenciar o mundo? A fenomenologia da branquitude entrava, ou não, em questão, nesse caso? Ou a fórmula final, como também relembra Spivak, seguiria girando em torno de uma benevolência branca a fazer com que homens brancos se sentissem em certa espécie de salvacionismo, tentando "socorrer" mulheres de pele escura de homens de pele escura? (cf. Spivak, 2014, p. 119) O ricochete, aqui, como constantemente busco referenciá-lo, tem relação, creio, com certa salvaguarda inquestionável do próprio lugar epistemológico-observacional criado a partir da branquitude e, em Teoria Literária, que demarca este espaço "certo" entre o eu-universalizado, representado por essa literatura "atual" e "ousada na forma", como aponta Diniz, e certa representação "clássica" do outro-particularizado, que "somente agora" estaria presente e visto como "fenômeno".

Tentarei me exemplificar, para reforçar, também, a ideia pela qual o momento atual recrudescer algo que segue estruturado pela, e estruturante da, maneira pela qual a Literatura, a instituição em si, segue intacta, enquanto o problema se diferencia a partir desse traço (cf. Derrida, 2013) criado entre o Eu e o Outro, o universal e o particular. O que vimos até aqui, de certa forma, tenta exemplificar, a partir do contraste da apresentação de Diniz, da resposta de Vieira Jr. e, até mesmo respostas anteriores ao autor, como a de Moraes, certos atritos dentro da teoria literária brasileira que observa a literatura como campo a ser possivelmente aferido como valor intrínseco à mesma, sem depender da movimentação do crítico.

O que se buscou mostrar, no entanto, é que o ponto de vista a assinar o texto é o próprio responsável pela impressão de valor ao texto literário e que esse não é universalizado em suas questões impostas ao objeto. Se há diferença extra-textual e mesmo extra-crítica, ou seja, se cada formulação possível é possível pela diferença estar

no cerne constitutivo de como se entende a própria construção da identidade, é com certa dificuldade que se poderia presumir que os questionamentos voltados à instituição literária só são restritivos quando pensamos na representação do subalterno, do sujeito racializado, e não também daqueles a serem caracterizados como beneficiários da própria exclusão, por serem parte constituinte da mesma, criados e mantidos pelas dicotomias, ou seja, brancos, a recusarem o entendimento de si enquanto também racializados, por exemplo.

Exemplifico, ainda de forma paralela: ao analisar o texto "Um teto todo seu", de Virginia Woolf, no qual a autora reivindica, como condição mínima para a manutenção da carreira de escritora para mulheres, uma renda fixa e um local separado das outras responsabilidades para se tornar possível o hábito da escrita, Gayatri C. Spivak responde, em *Death of a Discipline* (2003), que tais formulações só são possíveis pela exclusão de todo e qualquer sujeito colonizado, de toda e qualquer mulher indiana subalternizada. A renda woolfiana, por exemplo, só existe porque a fonte advinda dos lucros da tia é retirada da exploração de territórios na Índia, pelos ingleses; além disso, é, através de séculos de exploração, que se pode garantir reclusão e tempo para a escrita, sem que nada mais seja objeto de parada, para um país no qual certos trabalhos podem ser atribuídos de forma desigual e sustentados enquanto tais. Em uma espécie de lógica senhorial, como no Brasil, poderia ser possível fabular, até mesmo, para quais corpos/sujeitos recairiam os trabalhos manuais/braçais, as responsabilidades "domésticas" ao garantir que certa força intelectual pudesse se recolher e com mais nada se preocupar, enquanto escrevem.

Voltando ao "embate" aqui elencado entre os críticos e autores brasileiros, os questionamentos de Diniz parecem se valer da perspectiva de que retornar à certa "forma tradicional" de narrativa (o romance) para descrição das agruras de um Brasil fora do circuito citadino já é repetitivo e desgastado, além de sugerir, a partir de sua leitura de *Salvar o fogo*, que o apontamento da agrura colonial como racialmente interessado e beneficiador de pessoas brancas (Ahmed, 2011) é, no mínimo, uma vilanização, criação de "monstros malvados" a quem se deveria olhar com certa repulsa e bom-mocismo. A redução de tais apontamentos pela crítica não parece se justificar fora de um circuito a possivelmente ressaltar a própria vontade (de pessoas brancas) de não discutir a permanência de questões antigas na atualidade, buscando, com a repulsa ao debate e baseadas em certo bom-mocismo branco, sugerir algo que não muito dificilmente poderia ser entendido como uma defesa de ali estar acontecendo algo como preconceito reverso.

Para demonstrar, de certa forma, o estabelecido até aqui, recorro, por fim, a ponderações de Antonio Candido, em torno da escola do Regionalismo, para identificar, lá, pontos que, com o passar do tempo, tomando o escrito como prolegômeno, recrudesceram-se em regimes de certeza que, ao serem "desafiados" ou tirados de seu local privilegiado de ditame da verdade universalizada, expõe, como no caso recente de Vieira Jr., a junção entre fenomenologia, hermenêutica, branquitude e violência epistêmica.

### **Fundamentos Melancólicos de Uma Branca História (Considerações Finais)**

Em "A literatura e a formação do homem" (1972/1999) Antonio Candido estabelece os primeiros passos para se pensar o que viria a ser um dos discursos mais conhecidos do crítico, "O direito à literatura" (1988/2011), ainda que o mesmo seja, talvez, mais citado do que propriamente lido. Afirmando isso com certa titubância pelo a ser desenvolvido logo a seguir: a noção apriorística da teoria candidiana segundo a qual a crítica tem como função estabelecer valor a obras,<sup>11</sup> pendendo para o elogio irrestrito a critérios "universalistas" a serem, majoritariamente, reconhecidos a partir de um centro, a Europa e, mais especificamente, a França, a Inglaterra e, por raras vezes, a Itália e a Alemanha. Defensor de que a literatura tem "função humanizadora", vemos a seguinte elaboração em torno do Regionalismo:<sup>12</sup>

[...] uma busca do *tipicamente brasileiro* através das formas de encontro, surgidas do contacto entre o europeu e o meio americano. Ao mesmo tempo documentário e idealizador, forneceu elementos para a auto-identificação do homem brasileiro e também para uma série de projeções ideais. [...]

Ele existiu, existe e existirá enquanto houver condições como as do subdesenvolvimento, que forçam o escritor a focalizar como tema as culturas rústicas mais ou menos à margem da cultura urbana. O que acontece é que ele se vai modificando e adaptando, superando as formas mais grosseiras até dar a impressão de que se dissolveu na generalidade dos temas universais, como é normal em toda obra bem feita. E pode mesmo chegar à etapa onde os temas rurais são tratados com um requinte que em geral só é dispensado aos temas urbanos, como é o caso de Guimarães Rosa, a cujo propósito seria cabível falar num super-regionalismo. Mas ainda aí estamos diante de uma variedade da malsinada [i.e.: condenada] corrente (Candido, 1999, p. 88, grifos do autor)

---

<sup>11</sup> Postulado desde, ao menos, o segundo prefácio de *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1880)*.

<sup>12</sup> Os antecedentes eram descritos da seguinte forma: "O Arcadismo, no século XVIII, foi uma espécie de identificação com o mundo europeu através de seu homem rústico idealizado na tradição clássica. O Indianismo, já no século XIX, foi uma identificação com o mundo não-europeu, pela busca de um homem rústico americano igualmente idealizado." (Candido, 1999, p. 86)

A literatura, nessa altura, ainda sem definir se sempre toda a instituição, ou se, ao menos, somente parte da escola regionalista, tem como função a humanização de figuras consideradas fora dos regimes universais de humanidade. Sendo a obra literária capaz de humanizar, entende-se a mesma dentro de um paradoxo possível a, mediante o fato de ela dar ordem e sistematizar a fantasia, poder-se perceber nela que

a sociedade não pode senão escolher o que em cada momento lhe parece adaptado aos seus fins, enfrentando ainda assim os mais curiosos paradoxos, — pois mesmo as obras consideradas indispensáveis para a formação do moço trazem frequentemente o que as convenções desejariam banir. [...]

Paradoxos, portanto, de todo lado, mostrando o conflito entre a ideia convencional de uma literatura que *eleva e edifica* (segundo os padrões oficiais) e a sua poderosa força indiscriminada de iniciação na vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores. Ela não *corrompe* nem *edifica*, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver (Candido, 1999, p. 84-85, grifos do autor).

Se ainda se considera possível questionar, afinal, para qual lado está o domínio da humanização, depois de diferenciar as obras de dois regionalistas, Simões Lopes Neto e Coelho Neto, é de Candido a postulação perante a qual somente o primeiro, e não o segundo, de fato tem uma obra considerada não só adequada, mas almejável e digna de entrada na historiografia literária por oferecer

uma solução linguística adequada; e dependendo dela é que o Regionalismo pode ter um sentido humanizador ou um sentido reificador. Dito de outro modo: pode funcionar como representação humanizada ou como representação desumanizada do homem das culturas rurais. [...] Esta mediação (nunca usada por Coelho Neto, encastelado numa terceira pessoa alheia ao mundo ficcional, que hipertrofia o ângulo do narrador culto)<sup>13</sup> atenua ao máximo o hiato entre criador e criatura, dissolvendo de certo modo o homem culto no homem rústico. Este deixa de ser um ente separado e estranho, que o

---

<sup>13</sup> Coelho Neto não só é considerado um autor ruim para a escola regionalista, mas também alguém a ser visto como um exemplo que precisa ser corrigido, quando se dedica a escrever a fala do subalterno. Candido chega a propor, em determinado ponto, correções à obra literária de Coelho Neto analisada, sendo suas sugestões a seguinte: “[...] o lógico seria (levando o critério adotado até às últimas consequências), que a escrita se apresentasse assim: — Não vô? ocê sabi? pois mió. Dácá mai zuma dirrubada aí módiu friu, genti. Unduch vaqueiruch passôlhocópo i Mandovi bebeu com gôchto, chticando a língua pra lambê ruch bigodich etc.” (Candido, 1999, p. 88) O que se observa é a narração de um cenário no qual a distância entre narrador culto/falante nativo precisaria ser marcada, de certa forma, a impor na literatura uma caricaturização aquém e além dos regimes e ditames da literatura “canônica”, culta, não o contrário, como aparentemente poderia sugerir a citação acima. Digo isso pois, ao sugerir a possibilidade de diluir o culto no iletrado, o primitivo no civilizado (termos muitas vezes usados por Candido para descrever o subdesenvolvimento como bolsões de atraso), tende a gerar, como correlato, a possibilidade de manter como salvaguarda a necessidade de fazer com que a literatura culta seja o parâmetro, não que a mesma se torne “inclusiva”. Ao sugerir a obrigação de diluir um no outro, pode se notar a chance de que, nesse mesmo movimento de síntese, seja o subalterno mesmo apagado, sem ser levado realmente em consideração, por ser “obrigado” a ser representado da forma como um homem culto faria. Para maiores aproximações em torno disso, ver Anita M. R. de Moraes, *Contornos humanos: primitivos, rústicos e civilizados em Antonio Candido*. Recife: Cepe Editora, 2023.

homem culto contempla, para tornar-se um homem realmente humano, cujo contacto humaniza o leitor (Candido, 1999, p. 88-89).

Os postulados candidianos podem ser, sem exceção, vistos em Diniz, não da mesma forma, muito menos no mesmo tom. Se o projeto candidiano lida com as mesmas condenações à representação do subalterno (certo uso da linguagem, certa forma de representar subalternizados e o próprio discurso indireto), ali se concentram, na economia do método do autor uspiano, formulações que, com a passagem do tempo e a mudança de perspectiva, parecem revelar já recrudescimentos dessa mesma maneira de olhar para o outro sempre como particularizado.

Se a dialética candidiana não lida com o Eu e o Outro, mas com o Eu e o Mesmo (Arantes, 2021), o método dicotômico estabelecido pelo autor só pode ser entendido como uma supressão da diferença para transformar o subalterno em conteúdo relevante na entrada do eterno jardim das musas da Filosofia, a literatura canônica, "erudita", humanizadora, sendo a derivação desse próprio movimento o entendimento pelo qual o Outro, quando representado por formas "regionais", "menores", estará sendo visto em detrimento de outras formas, tidas como provisórias, exatamente por não se encaixarem no modelo previamente entendido como bom de Candido. A consequência máxima, ao beirar o determinismo econômico-cultural, pode levar ao entendimento no qual os humanos representados por formas "menores", "regionais", subdesenvolvidas, são rústicos, menos humanos (cf. Moraes, 2023) que aqueles a serem representados pela literatura "universal", "canônica", europeia, branca.

Se nessa versão de crítica literária que, antes do juízo, estabelece de antemão a base do parâmetro como um cerceamento do que deve ser a literatura, para que a mesma seja posteriormente creditada como boa ou não, de valor ou não, o Eu cuja primazia se estabelece a fonte do juízo é também o determinante da política supremacista. Ou seja, se o Eu emanador da universalidade do valor a ser experimentada no mundo é o signo do homem, branco, cisheterossexual, precisa, mesmo dentro do embate com o Outro, reconhecer *em si* algo do Outro a colocá-lo como o Mesmo, não mais em um regime de alteridade, só se obtém da formulação um certo elogio ao qual não se torna necessário um sair de si, de sua própria maneira de ser e estar no mundo, mas somente de acomodar qualquer outra demanda de acordo com seu próprio vocabulário, sem tensioná-lo, questioná-lo, encontrar nele furos e diferenciações a, quem sabe, questionar não só o

futuro, mas o próprio passado a determinar como primazia do juízo de valor as próprias bases de tal Eu.

O Regionalismo, portanto, não poderia ser entendido como parte da construção literária-nacional como tão representativa quanto períodos anteriores, exatamente por se dedicar a pensar e narrar problemas, para o molde candidano, menores, restritos, que, vistos de outra forma, colocariam em questão seus próprios moldes teóricos, fato que, quiçá, não chegaria a ser imaginado pelo próprio crítico ao colocar na certeza de que sua teoria carece de discussão. A resposta de Candido se torna, ao que alguns chamarão de método dialético (Arantes, 2021), uma tentativa de assimilação pelo aniquilamento da diferença: é necessário cortar a separação entre cultos e rústicos a partir da inclusão do segundo no primeiro, retirando daquele tudo a diferenciá-lo deste, tornando-o, por consequência, o Mesmo do Eu. Essa perspectiva, logo, beira o etnocídio (Moraes, 2023), a tentar sugerir que bolsões de atraso, como Candido interpreta a zona rural, o sertão e até mesmo cidades a não serem o Rio de Janeiro e São Paulo, só podem deixar de ser assim se passarem a se assemelhar com a cidade europeia cosmopolita<sup>14</sup>:

Candido trata o regionalismo como algo que "ainda" é justificável, "enquanto" o quadro do subdesenvolvimento persistir; em sociedades mais avançadas, seria um "anacronismo". O desenvolvimento coincide, assim, com o predomínio da vida urbana; o subdesenvolvimento, com suas margens (incluindo "situações e lugares do negro"). É evidente que aquele que resta à margem, que é deixado à margem, é o colonizado (indígena ou africano) e seu descendente. Certa elite letrada empenhada na construção de uma sociedade mais avançada e justa deverá trabalhar pela sua integração, entenda-se, por meio da difusão da chamada cultura erudita (nesse sentido, é de se destacar o comentário de Candido, em "O direito à literatura", acerca dos esforços de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo). A heterogeneidade cultural surge, assim, associada à permanência de bolsões de atraso, ou seja, como a outra face da desigualdade social. Certamente, tal associação entre diferença cultural e pobreza supõe [...] premissas do evolucionismo cultural (Moraes, 2023, p. 61)

Isso, no entanto, só acontece a partir do momento no qual o Outro-diferente já está presente e não é mais representado como parte do Mesmo, ou até um espelho afastado do molde universalista, como o "escravo sequestrado" da narrativa em *Memórias de um Sargento de Milícias* (Candido, 2023b). É a tentativa de barrar a própria presença de quem já está ali que se cria um novo modelo, não para encaixe, mas para diferenciação, no esquema metafísico da presença, do eu-universalizado da literatura "canônica" para o

---

<sup>14</sup> Caso contrário, de forma a beirar o determinismo, tanto os espaços, quanto aqueles a ali estarem, por não serem moldados ou moldáveis ao estabelecido pelo crítico como correto, passam a ser considerados como atrasados, menores, desumanizados.

outro-particularista da literatura "regional", específica, "identitária", e, a partir do momento no qual tal termo é cunhado e aplicado, só se pode criar, a partir dali, dessa origem fantasiosa, mais diferença, mais traços, mais restos a serem escondidos pela escrita da Historiografia como palimpsesto da exclusão da diferença (Derrida 2013; Spivak, 2014)<sup>15</sup>.

E, assim, novas incursões sobre a pretensa (não) humanidade de outros humanos que não homens, brancos, cisheterossexuais, se dão, na Historiografia, já sobredeterminadas por outras incursões anteriores. Se, depois da representação reificadora-humanizante do Regionalismo, já vimos aqui, também, o exemplo de Carolina M. de Jesus, assim como também poderíamos citar as tensões em torno do racismo de Monteiro Lobato (Natali, 2020), ao chegarmos no exemplo de Vieira Jr., quais são as possíveis chaves interpretativas que poderíamos sugerir, a partir daqui, para também não só uma mudança nos termos, mas no tom e na própria configuração do a ser possivelmente entendido como a construção de uma Historiografia do porvir, tendo como noção também certas outras chances e formas a surgirem, sempre entendendo a desconstrução como uma abertura para outras noções de futuro já no presente?

A discussão em torno das figuras de quem são os humanos em *Candido* nos mostra, por exemplo, que o próprio termo "humano" e suas derivações (humanização, humanismo, etc.), já se encontram em uma limitação a ser suplementada por outras questões demarcadas pela própria noção do que é e de quem podem ser tais humanos<sup>16</sup>. Se o *apartheid* é também uma demonstração dos limites do humanismo, a serem obrigatoriamente tensionados para que a história não se repita e se entendam todas as causas e consequências de dominações racistas, advindas de certa parte da Europa nos exercícios de colonização e criação de aparatos jurídicos capazes de legalizar a segregação e determinação da não humanidade de uns perante outros (Derrida, 1985), outras formas de tensão são ainda hoje percebidas, em discussões, por exemplo, em torno da misoginia (Manne, 2016), a serem, de certa forma, englobadas por uma outra camada que se bifurca e diferencia, de uma mesma base, para diversos problemas, a melancolia branca (Manne, 2018).

---

<sup>15</sup> Eis, por exemplo, que depois da criação e "aclimação" do subalterno representado como menor no Regionalismo, é necessário criar o "Super-Regionalismo", "Supra-Regionalismo", entre outras variações dos termos, quando *Candido* se depara, por exemplo, com Guimarães Rosa (*Candido*, 2011).

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, a própria caracterização da antinegitude como marcação para o surgimento do que pode vir a ser a categoria do humano, trocando o próprio paradigma de humanos e não humanos para negros e não negros, tendo em mente a baliza a partir da figura do escravizado, em *Afropessimismo*, de Frank B. Wilderson III (2021).

Se a melancolia, como entendida em termos psicanalíticos, é o conceito a ser aproximado aqui para determinar a construção da crítica literária do valor, se tensiona em uma negativa ao exercício do fim do luto, sem que o trabalho em si tenha a conclusão possível, ao realizar as etapas necessárias para que a dor infligida no sujeito tenha sua elaboração pela fala e escuta no consultório (cf. Freud, 2010), fica assim, ao menos apresentado, o possível problema a juntar a fenomenologia da branquitude, a crítica do valor e as tensões criadas pelo seu próprio aparelho teórico.

Ao não permitir o dissenso como ferramenta de revisão da própria maneira pela qual se entende o campo, a teoria e crítica literária cuja função é atribuir juízo e qualidade, mediante padrões permeados por critérios de uma instituição cravada em questões de distinção racial, o universal da teoria literária se encontrará, de certa forma, estanque neste movimento melancólico, por estar frente a frente com seus Outros, que tensionam seus modelos teóricos fechados em torno do centro ocidental (a Europa, a figura do homem, branco, cisheterossexual), cuja devolutiva é um desejo de conservação através da pretensa assimilação, ao tentar transformar o Outro no Mesmo e, assim, subsumindo a própria questão da diferença.

Se exercícios recentes, ou nem tanto, como desde o próprio projeto enunciado de Carolina M. de Jesus, demonstram a não aceitação dessa tentativa de assimilação, uma teoria literária que não se questione e não se abra exatamente para uma realocação semântica de seus próprios pilares, terá como consequência essa mesma estratégia melancólica de, a cada vez de forma mais virulenta, rechaçar produções cujo cerne seja o exato desafio do Outro perante o Eu: o entendimento de que nem toda caixa, nem toda categoria, é obrigatoriamente subsumível ou, ao menos, de que a obrigatoriedade da demonstração da categorização envolve, necessariamente, violência, nem sempre somente epistêmica, como se, todavia, essa significação fosse menor.

Encerro este texto, mais uma vez, citando Derrida, em torno do futuro da pintura, de seu grito silencioso, frente ao *apartheid*, e sua mensagem como a última palavra do racismo, esperando, talvez, que tal exercício aqui feito, como uma tentativa de caracterizar a crítica literária do valor como uma teoria da branquitude em Teoria Literária, possa ser também mais um traço, para que se repense a base, evitando a propagação da violência como ricochete de tentativa de assimilação. Nas palavras de Derrida:

Além de um continente cujos limites eles apontam, cercando ou atravessando-o, as pinturas olham e gritam, em silêncio. E o silêncio delas é justo.

Um discurso mais uma vez nos obrigaria a levar em conta os estados atuais de força e direito. Isso desenharia contratos, dialetizaria-se, deixaria-se reapropriar novamente. Este silêncio clama incondicionalmente; vigia o que não é, o que ainda não é e a chance de ainda se lembrar de algum fiel dia (Derrida, 1985, p. 299; tradução nossa).

### Referências

- Ahmed, S. (2007). Phenomenology of Whiteness. *Feminist Theory*, 8(2), 149-168.
- Ahmed, S. (2011). Problematic Proximities: Or Why Critiques of Gay Imperialism Matter. *Feminist L. Studies*, 19, 119-132.
- Alcides, S. (2023). *Armadilha para Antonio Candido* [Podcast]. Spotify. <https://open.spotify.com/episode/3SNNC8RCvSzsSMiTUEVQ1Z?si=29a709e24e324a89>
- Arantes, P. E. (2021). *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Canarinos, A. K. (2023). A viagem das ideias ao Brasil e o regionalismo de "Torto Arado". *Remate de Males*, 43, 42–156.
- Candido, A. (1999). A literatura e a formação do homem. *Remate de Males*, núm. esp., 81-90.
- Candido, A. (2011). *Vários escritos*. Ouro Sobre Azul.
- Candido, A. (2023a). *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos (1750-1880)*. Todavia.
- Candido, A. (2023b). *O discurso e a cidade*. Todavia.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, 8(1), 607-630.
- Cunha, M. C., & Castro, E. V. (1985). Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, 71, 191-208.
- Derrida, J. (1984). Of an Apocalyptic Tone Recently Adopted in Philosophy. *Oxford Literary Review*, 6(2), 3-37.
- Derrida, J. (1985). Racism's Last Word. *Critical Inquiry*, 12(1), 290-299.
- Derrida, J. (2013). *Gramatologia*, (M. Schnaiderman & R. J. Ribeiro, Trad.). Perspectiva.
- Diniz, L. G. (2023, abril). Espírito do tempo, *Quatro Cinco Um*, (n.p.).
- Freud, S. (2010). *Freud (1914-1916) - Obras completas volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*, (P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Manne, K. (2016). Humanism: A critique. *Social Theory and Practice*, 42(2), 389-415.
- Manne, K. (2018). Melancholy Whiteness (or, Shame-Faced in Shadows). *Philosophy and Phenomenological Research*, 96(1), 233-242.

Moraes, A. M. R. (2023). *Contornos humanos: Primitivos, rústicos e civilizados em Antonio Candido*. Cepe Editora.

Moraes, F. (2021, fevereiro). Sobre a minha avó, 'Torto Arado' e uma língua apunhalada, *The Intercept*, (n.p.).

Natali, M. (2020). *A literatura em questão*. Editora da Unicamp.

Sousa, F. S. (2019, março 25). *Literatura Inteira — Lima Barreto e Carolina Maria de Jesus* [Vídeo]. YouTube. [www.youtube.com/watch?v=5VFsRunLuxg](https://www.youtube.com/watch?v=5VFsRunLuxg)

Spivak, G. C. (2003). *Death of a Discipline*. Columbia University Press.

Spivak, G. C. (2014). *Pode o subalterno falar?*, (S. R. G. Almeida, M. P. Feitosa & A. P. Feitosa, Trad.). Editora UFMG.

Timerman, Natalia. (2023, setembro). Mieko Kawakami, o corpo feminino e o espaço da mulher, *Quatro Cinco Um*, (n.p.).

Vieira Jr., I. (2023a). *Salvar o fogo*. *Atualmente*.

Vieira Jr., I. (2023b, maio). Vini Jr. ensina que devemos erguer a cabeça e ir até o fim contra o racismo, *Folha de S. Paulo* (n.p.).

Wilderson III, F. B. (2021) *Afropessimismo*, (R. W. Galindo & R. C. de Freitas, Trad.). *Atualmente*.